

Presidenta do CAURS, Arquiteta e Urbanista

Por uma Reconstrução Responsável e Sustentável



Andrea Larruscain Hamilton Ilha

A iniciativa do CEAPE-SINDICATO de promover o debate sobre o “**Desenvolvimento Sustentável da Nação**” vem em momento mais do que oportuno. No contexto pós-enchentes que o Rio Grande atravessa – na qual há um forte risco do que é emergencial e provisório tornar-se duradouro e permanente –, pensar a ação dos governos e da sociedade mirando no desenvolvimento sustentável é crucial.

Apresentamos uma premissa para o debate: nosso Estado já vivia uma situação crítica em sua vida urbana, com cidades crescendo sem planejamento, sem uma política estadual de planejamento regional e com serviços como a Defesa Civil relegados a um segundo plano. Diante do quadro atual, portanto, precisamos pensar em superar as condições vivenciadas antes das enchentes, sob pena de observarmos uma fuga importante de pessoas e de empresas. Afinal, qual o atrativo em construir no mesmo lugar e da mesma forma se seguimos vulneráveis a novos eventos como uma próxima enchente?

Neste momento, o Tribunal de Contas do Estado e os Municípios têm a oportunidade de virar a chave na história do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Afinal, a Auditoria está em contato permanente com os gestores municipais e podem não só apontar falhas como também indicar caminhos a seguir.

Nessa linha, entendemos o Planejamento Urbano e Ambiental como a única ferramenta capaz de promover a reconstrução das cidades e regiões de forma responsável. Nenhum lugar do mundo se reergueu de uma catástrofe sem uma forte injeção de recursos públicos na retomada da economia e sem o planejamento intenso da reconstrução das regiões devastadas.

No tema dos Planos Diretores, por exemplo, o Controle Externo pode auxiliar de forma fundamental no cumprimento da legislação infraconstitucional que regula a gestão das cidades. A todos interessa que haja correspondência entre Plano Diretor, Plano Plurianual, LDO e Lei do Orçamento – como diz o Estatuto das Cidades – mas às vezes esses importantes instrumentos de gestão são manipulados para atender o interesse de parcela da sociedade.

PROPOSTAS DO CAU/RS PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE PÓS-ENCHENTES

Recentemente, o CAURS apresentou aos governos estadual e federal um documento contendo propostas para enfrentamento da crise provocada pelas enchentes.

Na área habitacional, propusemos a criação de **Escritórios Públicos de Assistência Técnica**, para atuar na reconstrução da vida das populações atingidas pelas enchentes, atuando de forma integrada tanto na casa como nos espaços públicos. Esta proposta baseia-se na experiência exitosa - e internacionalmente reconhecida - do programa NENHUMA CASA SEM BANHEIRO, do qual o TCE é parceiro desde o início. Seria o melhor meio para

aplicação a pleno da Lei da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social como parte da política habitacional necessária para enfrentar o déficit habitacional, quantitativo e qualitativo, agravado pelas cheias.

As enchentes também demonstraram a dificuldade dos órgãos públicos em dar respostas rápidas e eficientes à crise, cabendo à população grande parte dos socorros e resgates. Temos hoje serviços públicos de urgência e emergência mal equipados e com pouco pessoal. Apelar para o heroísmo dos servidores sem fornecer a eles os meios mínimos para uma atuação profissional é uma conduta reprovável e por isso propomos o **Fortalecimento dos Serviços Públicos de Atendimento a Urgências e Emergências**, para dar as respostas que a população necessita e merece.

Alertamos, porém, que o caminho existente para uma superação efetiva da crise é o planejamento das nossas cidades e regiões, **partindo de três eixos estruturantes:**

1. **Produção de dados** sobre as populações, sistemas produtivos, processos que caracterizam alterações ambientais e de gerenciamentos de resíduos;
2. **Elaboração de planos regionais** que assegurem, além do desenvolvimento regional e de integra-

ção do território, o atendimento das populações em situações de eventos climáticos extremos;

3. **Promoção de planos urbanos e ambientais** a serem desenvolvidos em recortes temporais de curto, médio e longo períodos.

Para a implementação destas estratégias de enfrentamento, propomos a **Criação de um Órgão Público Estadual de Planejamento, com Autonomia Similar à das Agências Regulatórias**. Este órgão, de perfil técnico, utilizará os dados existentes para, com base nas demandas e necessidades da sociedade, apontar caminhos para o desenvolvimento sustentável, definindo também as medidas necessárias para o enfrentamento das futuras situações de crise, pautando e orientando as políticas municipais e regionais.

É preciso uma mudança de rumo e um passo nesse sentido seria a realização das conferências municipais preparatórias para a 6ª Conferência Nacional das Cidades, adiada para 2025. Pouquíssimos municípios haviam se preparado para a Conferência deste ano. Fica a sugestão para que o Controle Externo, junto com a sociedade, atue para incentivar que cada município realize sua conferência, sobretudo no atual contexto.

CARTA ABERTA AOS CONDIDATOS E CANDIDATAS MUNICIPAIS

Pacto pela **Sustentabilidade dos Municípios e Qualidade de Vida Urbana**



Em defesa do uso sustentável dos territórios municipais e da permanente busca por melhor qualidade de vida nas áreas urbanas, garantindo a função social das cidades.

